

REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E SEU AVANÇO NO CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS¹

LUIZA RABELO COLOMBO²

RESUMO

O presente trabalho é fruto da pesquisa em desenvolvimento sobre o movimento Escola Sem Partido – ESP, o qual vemos emergir a partir de 2014 como protagonista e aglutinador de forças de setores, ou frações de classe, contrárias a pautas historicamente defendidas por movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores da educação, como o direito a educação laica, plural e democrática, o direito a participação e organização política dos estudantes e profissionais da educação, dentre outros. Para compreender os objetivos do ESP para além do que este declara e refletir sobre os impactos que suas propostas podem causar nas políticas educacionais brasileiras, o estudo tem o objetivo de analisar o avanço do movimento no campo das políticas públicas, identificando suas redes de apoio já consolidadas, sua forma de atuação, premissas, práticas e discursos. Os proce-

¹Artigo publicado integralmente nos anais do XXXI Congresso ALAS e parcialmente nos anais do Colóquio Internacional Marx e Marxismo 2017, com o título “Movimento Escola Sem Partido e a onda conservadora na educação brasileira”. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC03/mc032.pdf>.

²Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc)

dimentos de pesquisa incluem levantamento bibliográfico em livros, páginas na internet, artigos em jornais e revistas – tanto documentos produzidos pelo próprio movimento amplamente divulgados em seu site e redes sociais quanto por pesquisadores da Educação que tem debatido de maneira crítica sobre o tema – seguido de análise de conteúdo e organização e sistematização das informações obtidas. Neste sentido, é possível identificar através dos dados já levantados e analisados, o movimento como um típico “aparelho privado de hegemonia”, nos termos gramscianos, uma vez que: no âmbito da sociedade civil, apresenta-se como um canal de elaboração e difusão de uma determinada concepção sobre a dimensão educativa do Estado, ou seja, na conformação de consenso sobre a sua concepção de educação; e no âmbito da sociedade política ele busca atuar por meio do desenvolvimento de legislações e do fortalecimento de uma rede ou “bancada” de políticos eleitos que vêm defendendo o seu projeto educacional, ou seja, por meio do fortalecimento do aspecto coercitivo que garantirá a manutenção de privilégios historicamente construídos por estes grupamentos políticos. Neste estudo, o arcabouço teórico gramsciano é compreendido como ferramenta teórico-metodológica, nos apontando importantes possibilidades de interpretação sobre a representação do movimento ESP, portanto, a partir dos conceitos de “Estado ampliado”, considerando as noções interdependentes de “sociedade civil” e “sociedade política”, para a compreensão da dimensão da organização das classes sociais, relacionando-as no âmbito das superestruturas do Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Escola Sem Partido; Estado Ampliado; Conservadorismo.

ABSTRACT

The present work is the fruit of research in development on the movement Escola Sem Partido - ESP, which we see emerge from 2014 as the protagonist and cohesive forces of sectors, or fractions of class, contrary to staves historically defended by social movements of workers and workers in the education, such as the right to education, secular, pluralistic and democratic, the right to participation and political organization of students and professionals in education, among others.

The research procedures include bibliographic survey in books, internet websites, articles in newspapers and magazines - both documents produced by

the own movement widely disseminated on its website and social networks as by researchers of education that has debated so critical about the theme - followed by analysis of content and organization and systematization of information obtained.

In this sense, it is possible to identify through the data already collected and analyzed, the movement as a typical “diagnostic private hegemony”, in accordance with gramscianos, once that: in the context of civil society, it presents itself as a channel of development and dissemination of a particular conception about the educational dimension of the State, i.e., in the conformation of consensus about its conception of education; and in the context of political society he seeks to act through the development of legislation and the strengthening of a network or “bench” of elected politicians who are defending your educational project, i.e., through the strengthening of the coercive aspect which will ensure the maintenance of privileges historically constructed by these political groupings.

In this study, the Gramscian theoretical framework is understood as a theoretical-methodological tool in pointing out important possibilities of interpretation on the representation of the movement ESP, therefore, the concepts of “extended”, whereas the interdependent notions of “civil society” and “political society”, for the understanding of the size of the organization of social classes, relating them in the context of the superstructure of the State.

KEYWORDS

Expanded state; Conservatism, Escola Sem Partido

1. INTRODUÇÃO

No campo das políticas públicas educacionais brasileiras é possível identificar, a a partir de 2014, o avanço do protagonismo de forças políticas visando implementar um conjunto de Leis – e alterações em leis vigentes – contrários ao direito a educação laica, plural e democrática, ao direito a participação e organização política dos estudantes e profissionais da educação, dentre outras a pautas historicamente defendidas por movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores da educação. Este processo resulta da atuação militante do movimento Escola Sem Partido – ESP – que vem atuando de maneira ampla e organizada, tanto através de redes sociais e portais na internet, quanto dentro de de escolas, nas câmaras municipais, assembleias legislativas estaduais e no senado, ora articula-

do com partidos e movimentos do campo da direita, ora associado a grupos religiosos ultraconservadores, ambos ultraconservadores, formando uma espécie de “rede” ou “bancada” de difusores e defensores do movimento nestes espaços.

O artigo, neste sentido, fruto de uma pesquisa em desenvolvimento, busca problematizar o crescimento das práticas e difusão dos discursos do movimento Escola Sem Partido, que tem se projetado como protagonista e aglutinador de certas frações de classe dominantes, justamente no contexto do que podemos compreender como o crescimento de uma *ofensiva conservadora* e reacionária no cenário político brasileiro e, em especial, nas políticas educacionais.

A pesquisa tem como suporte teórico os estudos em políticas públicas na perspectiva histórico-crítica, especialmente os referenciados em Antônio Gramsci (LAMOSA, 2016; CASTELO, 2013; FONTES, 2010; CASIMIRO, 2016). O arcabouço teórico gramsciano tem nos apontado importantes possibilidades de análise sobre o movimento ESP. Partiremos dos conceitos de *Estado ampliado*, considerando as noções interdependentes de *sociedade civil* e *sociedade política*, assim como os conceitos de *bloco histórico*, *crise orgânica*, *intelectuais*, *hegemonia*, *aparelho privado de hegemonia* e *partido*.

Um dos pressupostos fundamentais desta pesquisa, portanto, é a indissociabilidade entre teoria e prática. Assim, compreendemos a teoria como método, através da escolha do conceito de Estado Ampliado como ferramenta teórico-metodológica. Ancoramo-nos nos estudos de Mendonça (2014), que caracteriza que:

“O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera o dualismo das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e sociedade civil numa só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas” (MENDONÇA, 2014, p.34)

Assim, instamo-nos no desafio de compreender os movimentos oriundos da sociedade civil e da sociedade política de maneira articulada, compreendendo

que articulam-se dialeticamente, também correlacionadas à dimensão estrutural.

Assim, ao longo do texto, apresentaremos os dados levantados e análises realizadas desta pesquisa que está em desenvolvimento. No primeiro tópico, refletiremos sobre a crise estrutural do Capital e a mais recente ofensiva ultraconservadora que vem se alastrando no cenário brasileiro, contexto no qual emerge o protagonismo do movimento Escola Sem Partido; no segundo, suas articulações e estratégias de atuação enquanto um *aparelho privado de hegemonia*, no âmbito do *Estado ampliado*.

2. A OFENSIVA ULTRACONSERVADORA E A CRISE ORGÂNICA

O nível das das pautas ultraconservadoras e racionárias explícitas nos princípios e bandeiras do movimento Escola Sem Partido repercutiram, em 2004, quando foi fundado pelo advogado e procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, como algo exótico, sem muita notoriedade, na contramão do crescente protagonismo dos movimentos sociais nas brechas cedidas pelo modelo de Estado ampliado brasileiro, e do que representava, aparentemente, o recém-empossado governo do Partido dos Trabalhadores. Naquele momento, tal contexto levou a leitura de que o movimento não teria espaço para expandir-se no cenário político educacional brasileiro. Suas bandeiras foram consideradas como verberação de frações de grupos de direita, históricos e alarmistas, e ele não foi considerado como um risco aos preceitos da educação pública brasileira, tendo em vista as graves inconsistências político-pedagógicas e sua insustentabilidade política. O que mudou deste período para cá? Como e por quê o movimento Escola Sem Partido ganhou notória expressividade no cenário educacional brasileiro?

Nos anos seguintes ao seu surgimento, observamos no Brasil o crescente de uma anunciada *ofensiva ultraconservadora*, compreendida aqui como o fenômeno do crescimento do pensamento conservador – com características reacionárias – que surge como parte da resposta da extrema direita à crise estrutural do capital. Esse fenômeno, porém, não é brasileiro. No contexto da crise financeira de 2008, já era possível observar a ebulição de uma onda conservadora, que veio emergir em 2009, na ocasião das manifestações de massas mobilizadas pelo Tea Party, que anunciavam o surgimento de um novo tipo de grupamento político organizado.

Esta chamada *onda*, por sua vez, intensifica-se justamente no contexto do que compreendemos, principalmente através dos estudos de István Mészáros

(2011), como o aprofundamento da crise estrutural do capital, que vem despondo desde o fim dos anos 1960 e início dos 1970, e teve sua expressão mais recente na crise financeira de 2008. Para o filósofo húngaro, o sistema de capital é essencialmente expansionista, destrutivo e incontrolável, e assumiu a forma de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente, que revela características de uma crise estrutural, ao contrário dos ciclos de expansão anteriores, assumindo caráter duradouro, sistêmico e estrutural (Antunes, 2011, p.12).

É uma crise estrutural – ou crise orgânica, para utilizarmos o conceito gramsciano – que despontou na derrocada do bloco histórico de base econômica fordista-keynesiano e de Estado de “bem-estar social”, cujo desdobramento foi a reorganização da burguesia para tentar retornar aos níveis de lucratividade e acumulação anteriores, assim como elevar a credibilidade nas frações políticas hegemônicas para o novo bloco histórico neoliberal (superestrutura) e de base econômica toyotista, ancorada na acumulação flexível e na financeirização da economia (infraestrutura). Assim, iniciou-se um processo de recomposição tanto na estrutura, com a introdução do novo modelo de produção japonês, quanto na superestrutura, gerando grandes transformações na composição e na correlação de forças políticas no interior do estado ampliado, com a consolidação do neoliberalismo.

De acordo com o que é possível dentro dos limites do presente trabalho, destacamos aqui, sobretudo, o aspecto político-social da crise estrutural. Segundo Castelo (2013), na perspectiva gramsciana, a crise orgânica (ou estrutural) manifesta-se necessariamente também no plano superestrutural (político-ideológico), expressando-se como uma “crise de autoridade” ou “crise de hegemonia”.

Os aparelhos privados de hegemonia [...] já não conseguem soldar o bloco histórico em torno da concepção do mundo burguesa – esgarçando as ligações entre a superestrutura e a estrutura – na qual a classe trabalhadora não se sente mais representada pelos interesses das classes dominantes. O consenso vai paulatinamente se dissolvendo, e a agitação das classes subalternas cresce na medida exata dessa dissolução, assim como o aumento do uso da força, sempre a mando das classes dominantes, por parte dos aparelhos estatais de coerção. (Castelo, 2013, p.112-113)

A sobrevivência do sistema passa a se pautar em novas formas de controle do trabalhador, cada vez mais autoritárias, ora mais coercivas, em momentos de maior instabilidade do *status quo*, ora menos coercivas, de acordo com a percep-

ção sobre o nível de alienação. Assim, as classes dominantes engendram novos mecanismos de controle, para além da privação de liberdades e retirada de direitos sociais e trabalhistas anteriormente conquistados. Uma política de controle social crescente, por exemplo, é o da fomentação do medo, do terror. Observamos, pois, sob o discurso alarmista de uma possível saída para a crise através do “crescimento do comunismo” e das “ideologias esquerdistas”, a produção de um terreno fértil para os avanços de uma onda conservadora e reacionária que intensifica-se, não por acaso, justamente no contexto ora apresentado.

Na obra *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil* (Bianchi [et al.], 2016), o historiador Demian Melo (2016) aponta que fração da direita considerada anteriormente como histérica e alarmista, foi ganhando apelo de massa, “uma mistura de neoliberalismo hardcore com fundamentalismo cristão” (Melo, 2016, p.71). Esta seria a caracterização de uma direita radical que, segundo o autor, tem atuado também como partido do grande capital (p.74), cujos intelectuais podemos encontrar nos chamados *think tanks*, que são grupos de especialistas em determinadas áreas, produzindo e difundindo teorias sobre estratégias de saída da crise do capital de acordo com os interesses do próprio capital. Assim, notamos que os *aparelhos privados de hegemonia* da onda conservadora ganham um novo nome (*think tank*) pretensamente inovador e palatável, mas que possuem a mesma função de produção e conformação de consenso no âmbito da sociedade civil, já enunciados pela teoria gramsciana.

Segundo a historiadora Rejane Hoeveler, em outro artigo publicado na mesma coletânea, esta nova direita extremista transnacional, fortalecida a partir de teorias conspiratórias consensuais – especialmente a respeito da necessidade de combate ao comunismo e ao marxismo – vem coadunando-se ao discurso empresarial neoliberal desde o final dos anos 1970, através destes *think tanks* de orientação neoliberal. Estas organizações teriam surgido de seminários engajados em fomentar a “consciência de classe capitalista”, na década de 1970 (Hoeveler, 2016, pp. 81-86). Segundo a autora, o *think tank* Atlas Network, por exemplo, funciona como elemento comum de conexão transnacional, uma espécie de *metathinktank*, atuando como fomentador, financeiro e intelectual, de mais de 400 outras entidades similares em todo o mundo, que por sua vez também tem como princípio a defesa de “políticas públicas orientadas para o mercado” (p.87). Dentre as entidades apoiadas, nove são brasileiras. Consideramos, pois, o surgimento e crescimento dos *think tanks* neste contexto como parte das estratégias de recomposição da burguesia no contexto em que desponta a crise estrutural do capital, buscando a construção de consenso e consentimento em relação ao

neoliberalismo. Esta estratégia chega ao Brasil pela primeira vez em 1983, com a fundação do Instituto Liberal.

Dentro desta direita radical a nível mundial, destacamos os chamados *libertarians*, que surgem sob o arcabouço teórico da escola austríaca de economia, referenciados nos economistas Ludwin von Mises e Friedrich Hayek, mas que também consideram como referenciais qualquer corrente liberal que tenha como princípios básicos: a) a predominância do indivíduo sobre o Estado; b) a defesa da propriedade privada de maneira irrestrita; e c) a regulação da vida social pelas mãos do mercado. Segundo os dados da reportagem da Agência Pública, *A nova roupa da direita*, por Marina Amaral (2015), em perspectiva global, os *libertarians* ressurgiram com força nos Estados Unidos, especialmente após a crise de 2008, na subsequente ebulição do clamor pela regulamentação do mercado. Na matéria, de acordo com o economista Luiz Carlos Prado, em entrevista à jornalista Marina Amaral, os grupos *libertarians* expressos nas redes de *think tanks* no Brasil leem novas correntes – como o economista Robert Lucas (ganha-dor do prêmio Nobel em 1995), e personagens de direita de produção teórica superficial, como o político parlamentar, Ronaldo Caiado, e o colunista da *Revista Veja*, Rodrigo Constantino – mas é notável, através de uma breve apssagem pelas páginas das organizações liberais pela internet, que a maioria bebe especialmente na fonte austríaca. O Instituto Liberal, por exemplo, foi fundado em 1983 pelo carioca Donald Stewart Jr., que era membro do instituto Mont Pelèrin Society. Já Hélio Beltrão, membro fundador do Instituto Milleniun (IMIL), também tem seu próprio *think tank*, o Mises Brasil, de grande abrangência nacional, que carrega o nome do economista austríaco.

Ainda, destacamos outra organização, o Students for Liberty, fundado nos Estados Unidos em meados de 2007. Este, segundo a mesma reportagem de Mariana Amaral, é organização chave na articulação entre *think tanks* conservadores americanos, especialmente os que se definem como *libertarians*, e a juventude conservadora da América Latina. Não por acaso, o fundador dessa organização é Alejandro Chafuen, presidente da Atlas Network e vice-presidente da Cedice Libertad, da Venezuela. Notamos, portanto, o investimento também em movimentos de juventudes como estratégia de formação política do pensamento conservador e neoliberal. A versão brasileira desta organização, chamada Estudantes Pela Liberdade, é o grupo que fundou o Movimento Brasil Livre, uma vez que o Atlas Network não financiava “grupos de atuação política” e seus membros tinham interesse de atuar de maneira organizada colocando as pautas da direita

na ocasião das manifestações de massas de 2013³. Localizamos, assim, esta chamada onda conservadora no Brasil também como reação ultraconservadora à série de protestos e manifestações de rua que chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas em 2013, conhecidas como *jornadas de junho de 2013*, e à radicalização produzida pelas formas de luta e enfrentamento produzidas neste movimento. E é justamente neste contexto a partir de 2013 que o o movimento Escola Sem Partido vem ressurgir com um novo tipo de protagonismo ofensivo e de estratégias de atuação, como veremos adiante.

Portanto, encontramos fortes evidências a respeito do crescimento da direita conservadora e com características reacionárias em aliança com o as corporações e entidades neoliberais também aqui no Brasil. Estas organizações atuam da mesma maneira articulada, enviando membros para passarem por programas de treinamento oferecidos pelas entidades americanas – como é o caso, por exemplo, de membros do Movimento Brasil Livre que fizeram cursos do Atlas Network, nos Estados Unidos. Neste contexto, a ofensiva ultraconservadora observada na sociedade civil, em consonância com outras mudanças de correlações de forças na sociedade política, chega no campo educacional. O movimento Escola Sem Partido, que até então não tinha expressividade, ganha eco.

Dentre os aparelhos privados de hegemonia – ou *think tanks* – citados, associados ao movimento Escola Sem Partido, destacamos: o Instituto Liberal, cujo apoio ao movimento pode ser observado em diversos artigos encontrados no próprio portal do Instituto; e o Instituto Milleniun (IMIL), que por alguma razão não declara formalmente seu apoio ao ESP, mas é possível perceber sua estreita ligação através da figura de Rodrigo Constantino, membro-fundador do IMIL, que não poupa esforços em realizar propaganda do movimento em seu blog pessoal e nas redes sociais.⁴ Além disso, o próprio Miguel Nagib que fundou o movimento ESP era articulista e especialista do IMIL, no período em que escreveu o artigo *Por uma escola que promova os valores do Milleniun*.⁵ Dentre os movimentos citados, associados ao crescimento da ofensiva ultraconservado-

³Cabe destacar que o movimento seguiu atuando depois deste ano e, hoje, o Estudantes Pela Liberdade é o maior membro da rede Students for Liberty no mundo, tendo mais membros coordenadores no Brasil do que em toda a região da Europa ou da própria América do Norte.

⁴Informações disponíveis em: www.institutoliberal.org.br , <http://rodrigoconstantino.com/tag/escola-sem-partido/> e <http://www.institutomilleniun.org.br/>. Acessados em: 22/06/2017.

⁵Sobre outras relações diretas entre o movimento ESP e o Instituto Milleniun, ver o artigo A ideologia do Escola Sem Partido, por Renata Aquino, publicado em 24/04/2016, disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2016/04/24/a-ideologia-do-escola-sem-partido/> , acessado em 12/07/2017.

ra, destacamos o Movimento Brasil Livre, o qual citaremos em outro momento adiante.

3. AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO ATRAVÉS DO ESTADO AMPLIADO

Inicialmente, as bandeiras do movimento Escola Sem Partido ganharam notoriedade no ano de 2008, quando uma matéria publicada na Revista Veja, sob o título *Você sabe o que estão ensinando a ele?*⁶, difunde o discurso sobre um suposto movimento de doutrinação nas escolas. Em 2009, ganha expressão nacional ao construir alianças com deputados e senadores conservadores e/ou religiosos fundamentalistas, na ocasião em que o programa Brasil Sem Homofobia elabora o “Kit Escola Sem Homofobia”. Após grande pressão de setores reacionários e da bancada religiosa (evangélica e católica), o material didático foi vetado pelo governo federal⁷.

Porém, é no contexto de 2013 anteriormente mencionado, de crescimento da ofensiva ultraconservadora no Brasil, que observamos de maneira significativa a virada de um novo protagonismo do movimento ESP, que passa a adotar novas estratégias de propaganda, de alianças e foco de atuação. Visando promover seu discurso e em ofensiva investida no campo legal, em 2014 o primeiro projeto de lei – projeto de Lei Estadual nº 2974/2014 – surge no estado do Rio de Janeiro, na ocasião em que o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ) pede a Miguel Nagib a elaboração de um projeto de lei⁸ com as bandeiras do movimento, baseado em três grandes pilares: defesa de uma suposta “neutralidade do ensino” e objetividade do conhecimento, o “combate à doutrinação de esquerda e contaminação ideológica nas escolas” e o combate ao que eles classificam como “ideologia de gênero” (Portal Escola Sem Partido, 2016).

Assim, a proposta ganhou apoio parlamentar e surgiu o projeto de Lei Federal, nº 867/2015, de autoria do deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF),

⁶Matéria disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/red/2008/09/427390.shtml> . Acesso em 15/11/2017.

⁷Mais informações, ver matéria e versão vetada de um dos cadernos do “Kit Escola Sem Homofobia” em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1579/uma-analise-do-caderno-escola-sem-homofobia> . Acessado em 10/07/2017.

⁸O projeto em questão foi apresentado na Assembleia Legislativa, pelo deputado, como Programa Escola Sem Partido, em 13 de maio de 2014. Em seguida, o mesmo projeto foi apresentado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), como Projeto de Lei nº867/2014. Atualmente, ambos seguem em tramitação.

que hoje segue em tramitação na Câmara dos Deputados. No ano seguinte, foi apresentado o projeto de Lei do Senado nº 193/2016, do senador Magno Malta (PR-ES) que visa incluir o Programa Escola Sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), que posteriormente foi arquivado, na ocasião de sua apreciação, em 2017, a pedido do próprio senador autor da Lei. O movimento também criou uma página na internet com os modelos de leis estaduais e municipais (Programa Escola Sem Partido, 2016), incentivando deputados e vereadores a elaborem leis próprias que impeçam o trabalho com a temática de gênero e diversidade sexual nas escolas públicas e privadas, dentre outras alterações (nas leis vigentes) que visam o fim da liberdade de cátedra e contrapõem-se ao princípio de laicidade do Estado.

De 2014 até o primeiro semestre de 2017, como mostra o mapeamento realizado a partir da pesquisa de dissertação de Fernanda Moura (MOURA, 2016), permanentemente atualizado no Blog *Pesquisando o Escola Sem Partido*, são identificados mais de 160 projetos de lei idênticos ou semelhantes ao Programa Escola Sem Partido em tramitação em diversos estados e municípios em todas as regiões do Brasil⁹. Segundo Penna (2016), historiador, professor da Universidade Federal Fluminense,

O impacto da aprovação destes projetos para as discussões sobre a escola pública seria imenso. O projeto [programa ESP] se propõe a combater a “doutrinação ideológica”, mas nem sequer define o que seria isso e apenas insiste na defesa da “neutralidade”. Mas quem define o que é “neutro” e o que é “ideológico”? Na ausência de uma definição no projeto de lei, vale a pena verificar o que diz o site da organização sobre o tema. Ao clicar no item “flagrando o doutrinador”, percebemos que o professor é representado como um criminoso dissimulado que corrompe os jovens inocentes e passivos. [...] O PL 867/2015 propõe que seja vedada, em sala de aula, “a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”. Como fica o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, por exemplo? O retro-

⁹Mapamento disponível em: <https://pesquisandooesp.wordpress.com/> e <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1AbaBXuKECcITMMYcvHcRphfrK9E&ll=-17.18863684252568%2C-47.46225715000003&z=4>, acessados em 15/11/2017.

cesso seria enorme. (Penna, em entrevista concedida ao Portal da ANPEd, em 20/04/2016)

É possível perceber, como ressalta Salomão Ximenes (2016), no artigo *O que o direito a educação tem a dizer sobre o “Escola Sem Partido”?*, que a evidência das inconsistências e inconstitucionalidade do ESP não o impede de dar sequência em suas ações e possivelmente causar estragos alarmantes nas concepções e práticas educacionais. Para ele, além de representar um estágio avançado de desenvolvimento do conservadorismo sobre as políticas educacionais brasileiras, o controle ideológico sobre professores e estudantes articula-se as outras agendas de reformas educacionais de caráter gerencial, como a privatização e o corte de recursos públicos para a educação pública. E ressalta que “essas frentes de ataques à escola pública, as quais se deve somar ainda a militarização das escolas – o ápice do controle totalitário na educação, estão se fortalecendo mutuamente em torno de um renovado projeto liberal-conservador” (Ximenes, 2016, p.55). O autor também aponta:

“desfazer-se da substância do direito à educação para assim reproduzir privilégios e dominantes é o verdadeiro programa do ESP, não à toa quando os mesmos privilégios estão em risco diante da ebulição de lutas sociais por redistribuição, participação e reconhecimento.” (Ximenes, 2016, p.58)

Nosso esforço, aqui, é também compreender como atuam as forças políticas envolvidas na elaboração e implementação dessa ofensiva ultraconservadora e reacionária nas políticas educacionais, assim como refletir sobre os interesses que estão em disputa. Sabemos que existe uma complexa trama de mecanismos estruturais, dialeticamente contraditórios, de dominação, na conformação, por fim, de um “Estado educador”. Buscamos, pois, compreender a dimensão da organização das frações de classe dominantes relacionando-as no âmbito da superestrutura – na dimensão político-ideológica – do Estado ampliado.

Desta maneira, é possível analisarmos o movimento ESP enquanto um típico *aparelho privado de hegemonia*, nos termos gramscianos, uma vez que: no âmbito da sociedade civil, apresenta-se como um canal de elaboração e difusão de uma determinada concepção sobre a dimensão educativa do Estado, ou seja, na conformação de consenso sobre a sua concepção de educação; e no âmbito da sociedade política ele busca atuar por meio do desenvolvimento de legislações e

do fortalecimento de uma rede ou “bancada” de políticos eleitos que defendam o seu projeto educacional, ou seja, por meio do fortalecimento do aspecto coercitivo que garantirá a manutenção de privilégios historicamente construídos por estes grupamentos políticos. Mas como esta articulação ocorre?

O movimento mobiliza, ao mesmo tempo, estratégias no âmbito da sociedade civil e da sociedade política. Assim, destacamos, na sociedade civil: a) o investimento em mecanismos controle e vigilância sobre o trabalho docente, associando-se a movimentos como o Revoltados Online, o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre, que através das redes sociais vem realizando propagandas de difamação de docentes e instituições escolares¹⁰; b) através de ação doutrinária, atua elaborando e difundindo uma determinada concepção sobre a dimensão educativa do Estado. Assim, no âmbito da sociedade civil, cabe destacar que este movimento consolida diferentes interesses de caráter conservador e reacionário de frações de classe dominantes, os quais não aprofundaremos neste trabalho, mas que, em linhas gerais, apontam em comum a defesa de uma concepção gerencial ou empresarial do campo educacional, bem como uma concepção mercadorizadora do conhecimento, marcadamente liberal.

Já no âmbito da sociedade política, o ESP: a) elabora e difunde a defesa de seus projetos de Lei; b) apela para o âmbito jurídico as disputas político-ideológicas envolvidas em suas bandeiras; c) associa-se a candidatos e parlamentares de distintos partidos, buscando promover e implementar o projeto Escola Sem Partido através de projetos de lei específicos e alterações em legislações já vigentes, formando uma rede ou um novo tipo de “bancada” de parlamentares. Na página Programa Escola Sem Partido (2016), por exemplo, existe o link “ESP nas Eleições 2016”, onde estão disponíveis os nomes dos candidatos *do* Escola Sem Partido, em todo o país, que são aqueles candidatos a vereador ou

¹⁰ A título de exemplo, o movimento Revoltados Online, através de seu fundador, o ex-pastor Marcello Reis, e dos membros Alexandre Frota (ator) e Beatriz Kicis (procuradora), realizou uma reunião com o Ministério da Educação para apresentar o projeto ESP, autodeclarando-se representante da sociedade civil, celebrando a primeira reunião pública do MEC, iniciado o governo interino de Michel Temer. O Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua, por sua vez, já declararam publicamente apoio ao ESP. O MBL, inclusive, aprovou como resolução em seu congresso nacional realizado em 2015, a “apresentação do Projeto de Lei Escola sem Partido em legislativos estaduais e municipais”. Informações disponíveis em: <https://mbl.org.br/> e <http://g1.globo.com/educacao/noticia/ministro-da-educacao-recebe-alexandre-frota-e-lider-de-protestos.ghtml>

prefeito que assinaram um termo de compromisso em levar as pautas e projetos de lei do movimento a partir do primeiro mês de mandato¹¹.

Sobre esta articulação de esforços, afirma Fontes (2010):

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. (Fontes, 2010, p. 136)

Assim, percebemos que estes dois aspectos – ou duas direções – de atuação do movimento ESP através do Estado ampliado, em caráter necessariamente relacional e dialético, se perpetuam e mobilizam forças que vem ampliando o seu poder de atuação e influência.

4. CONCLUSÃO

Assim, mesmo que ainda esteja no momento inicial a pesquisa que visa mapear as frações de classe dominantes envolvidas com o ESP, e suas respectivas estratégias e interesses, já é possível identificarmos que o movimento Escola Sem Partido tem levantado esforços em associar-se a parlamentares de distintos partidos e organizações da sociedade civil – dos setores empresariais e religiosos, especialmente – na tentativa de implementar um novo modelo de educação. Esta análise, para além do âmbito das aparências sobre o movimento, a fim e a cabo, também permite identificarmos com significativa clareza que o ESP além de ser partidário, é ideólogo, uma vez que articula discursos e práticas na defesa de uma determinada concepção de escola, eficiente, por mobilizar investimentos de mercado mas, principalmente eficiente, por formar o trabalhador e trabalhadora amordaçados, pelo silenciamento da divergência, pela criminalização da crítica.

¹¹Na página <http://www.programescolasesempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/> também estão disponíveis as cópias dos documentos assinados pelos candidatos.

Diante da análise sobre a ofensiva dos setores conservadores e reacionários no campo da educação, é possível entendermos os traços do efetivo investimento na difusão de uma política de medo para o fortalecimento de instrumentos de controle de classe desde o “chão das escolas”, todavia a passividade não seja um imperativo destes tempos sombrios. Nesse contexto de disputa da correlação de forças no atual cenário político do país, os movimentos sociais também vem denunciando a maneira autoritária com a qual estas e outras políticas vem sendo implementadas, sem diálogo com a sociedade, e inclusive através do uso sistemático do poder coercitivo do Estado. Os trabalhadores e trabalhadoras da educação tem avaliado suas resistências como fundamentais e combativas, reconhecendo que ainda é preciso reunir mais esforços, articulações e novas estratégias para a garantia de conquistas neste campo. Os movimentos tem apontado a continuidade, a intensificação e a radicalização das lutas nos próximos anos como condição necessária para a garantia da sobrevivência da educação pública, dentre tantos outros direitos historicamente conquistados. Destacamos, assim, que o aprofundamento deste trabalho tem o intuito de contribuir com os estudos na área das políticas públicas educacionais, problematizando o crescimento das ações e do discurso do movimento Escola Sem Partido.

RECEBIDO EM 10 DE ABRIL DE 2018.

APROVADO EM 25 DE MAIO DE 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa: 2016.

AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita**. A Pública, 23.06.2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> . Acessado em: 17/05/2017.

ANTUNES, Ricardo. **A substância da crise**. In MÉSZÁROS, I. A Crise Estrutural do Capital. SP: Ed. Boitempo, 2011.

BIANCHI, Álvaro; et al. DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.) **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neo-liberal. São Pauli: Expressão Popular, 2013.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Portal Escola Sem Partido**. Disponível em: <<http://www.escola-sempartido.org>> , acesso em 12 set, 2016.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FRENTE NACIONAL ESCOLA SEM MORDAÇA. **Portal Escola Sem Mordança**. Disponível em: <<http://escolasemmordaca.org.br/>> , acesso em dez, 2016.

HOEVEVER, Rejane. **A direita transnacional em perspectiva histórica**: o sentido da “nova direita” brasileira. In. DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.) A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, Demian. **A direita ganha as ruas**: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In. BIANCHI, Álvaro; et al. DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.) A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica**. Revista Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan./jul. 2014.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, Fernanda. **“Escola sem partido”**: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de História. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.

PENNA, Fernando Araújo. **Entrevista concedida ao Portal da ENPEd em 20/04/2016**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco>> , acesso em 15 set, 2016.

Programa Escola Sem Partido. Portal Programa Escola Sem Partido. Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org/>> , acesso em 15 set, 2016.

XIMENES, Salomão. **O que o direito a educação tem a dizer sobre o “Escola Sem Partido”?** In. AÇÃO EDUCATIVA (Org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa: 2016.